A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA PORTUGUESA:

ASSENTAMENTO DOS LAVRADORES DE CANA NA EXPANSÃO PARA O OESTE (CAMPINAS, SP, 1790-1810)*

CARLOS EDUARDO NICOLETTE*

Resumo: *As áreas limítrofes da América Portuguesa estiveram em movimento durante toda a colônia, como ocorrido no processo de corrida ao ouro das Minas Gerais. Contudo, após a revolução de escravos em Saint-Domingue, em 1791, e o consequente aumento nos preços do açúcar nos mercados internacionais, houve um fluxo migratório intenso para regiões, até então, ermas da colônia. Foi nesse quadro histórico que Campinas, interior de São Paulo, viu sua população livre aumentar mais de cinco vezes e a escrava, dez. O presente artigo objetiva investigar a migração dos produtores de açúcar para Campinas e compreender de quais maneiras as origens desses indivíduos explicam a formação desse complexo açucareiro. Nesse sentido, encontrou-se uma migração considerável de filhos da elite colonial, especialmente nascidos em Itu e Minas Gerais.*

Palavras-chave: *Migração; Demografia histórica; Lavoura canavieira; Listas nominativas de habitantes.*

Abstract: *The frontiers of Portuguese America were in movement throughout the colonial period, as occurred in Minas Gerais. However, after the revolution of enslaved people in Saint-Domingue in 1791 and the consequent increase in sugar prices in international markets, there was an intense migratory flow to the colony's unoccupied, uninhabited regions. It was in this historical framework that Campinas, countryside of São Paulo, witnessed its free population increase by more than five times in addition to the slave population being increased by ten times. Thus, this article aims to investigate the migration of sugar producers to Campinas and to understand how the origins of these individuals explain the formation of this sugar production complex. In this sense, there was a considerable migration of descendants of the colonial elite, especially those born in Itu and Minas Gerais.*

Keywords: *Migration; Historical demography; Sugar mill; Nominative lists of inhabitants.*

INTRODUÇÃO

Conhecida como «Princesa do Oeste», devido à imensa produção cafeeira da segunda metade do século XIX, Campinas conta com uma volumosa historiografia sobre o período de seu auge cafeeiro, de modo que a escravidão é o processo

* Agradeço à CNPq pelo financiamento inicial de minha pesquisa de mestrado e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo auxílio, sob o processo n.º 2018/05314-7. Também agradeço a Natalie, Lucas, Tayná, todos os do grupo CEDHAL/USP e os pareceristas do artigo pelos comentários sobre a versão inicial do presente texto.

** Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Dr. Carlos de A. P. Bacellar. Email: carlos.nicolette@usp.br.

mais analisado, ainda que existam pesquisas dos mais variados âmbitos. Tal enfoque não é para menos: além de ter sido, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, a região que mais fabricou açúcar na província de São Paulo[1], tornou-se 30 anos depois a maior produtora de café do Império do Brasil e o âmago da concentração de cativos no Oeste Paulista. Em contrapartida, a historiografia tem estudado com menos entusiasmo o movimento de montagem da lavoura canavieira que se dava no período colonial.

O objetivo geral deste artigo é investigar a migração dos sujeitos que alavancaram a lavoura canavieira no início do século XVIII; mais especificamente, investigar-se-á de que maneiras a naturalidade desses indivíduos possibilita explicar a formação desse complexo açucareiro. Para cumprir tais objetivos, utilizar-se-ão as listas nominativas de habitantes de Campinas entre 1793 e 1810[2] — uma forma de censo populacional que foi solicitado pela Coroa portuguesa para conhecer melhor seus territórios ultramarinos à luz das reformas pombalinas[3]. O recorte temporal empreendido se justifica devido à possibilidade analítica que emerge com o aumento exponencial do movimento migratório em Campinas e que se sucede aos acontecimentos ocorridos na colônia de Saint-Domingue — isto é, a abertura de espaço no mercado mundial do açúcar decorrente de um processo revolucionário liderado pelos escravizados.

Dessa forma, o presente texto se organiza de maneira que, na primeira parte, discutir-se-á a respeito das circunstâncias dos processos sucessórios que motivavam a migração na América Portuguesa e que se refletiam na sociedade açucareira; na segunda parte, realizar-se-á uma análise longitudinal entre 1793 e 1810, a partir de quatro listas nominativas de habitantes (Mapas de População) da vila de Campinas, com o objetivo de identificar elementos que apontem para o papel desse processo migratório na constituição do complexo canavieiro campineiro e que sustentem a hipótese quanto ao processo de constituição da economia açucareira ter sido organizada em torno de e a partir de imigrantes. Por fim, serão tecidas as considerações finais, de modo a apresentar outras possibilidades interpretativas que revisitam saberes e noções prévias a respeito do processo migratório na região.

1. PROCESSOS SUCESSÓRIOS E MIGRAÇÃO

Estudos contemporâneos de Demografia Histórica, cujo foco, dentre outros possíveis, se debruça sobre a pesquisa dos movimentos populacionais, consideram relevantes as coerções materiais da inviabilidade de permanência em deter-

1 PETRONE, 1968.
2 Mais especificamente, as listas dos anos de 1793, 1796, 1805, 1810.
3 BACELLAR, 2013: 32-57. Para uma crítica em relação às possibilidades e limitações das listas nominativas, ver BACELLAR, 2015.

minados locais que carecem de determinadas circunstâncias — de ordem familiar, política, geográfica e econômica — para que o processo sucessório se consolide. Com o objetivo de salientar como tais movimentos e relações entre famílias e processos sucessórios ocorreram na América Portuguesa, Sheila Faria afirma que havia um fluxo constante de pessoas neste território, de maneira que não só existiam tais movimentos espaço-geográficos, mas também transição entre ocupações e objetivos, cujo vislumbre era o enriquecimento e a fortuna. Segundo a autora, de modo geral:

> *a tentativa de enriquecimento era o motivo que levava à migração.* […] *O homem colonial era essencialmente migrante. O fluxo intenso de gente, a transitoriedade de residência, de ocupação e de fortuna, a aventura, as possibilidades de enriquecimento, a abertura de novas áreas de exploração, as lutas cotidianas e a rapidez das transformações eram as fortes características da sociedade colonial brasileira*[4].

Desse modo, migrar para um novo local, comumente uma zona limítrofe de ocupação colonial, passou a ser a estratégia de sujeitos e famílias inteiras a fim de alcançarem o sucesso socioeconômico. Na América Portuguesa, o processo sucessório, principalmente nas famílias mais abastadas, era um momento fundamental na realização do objetivo de preservar o patrimônio adquirido. Essas famílias buscavam criar estratégias e mecanismos «que não somente aperfeiçoassem o movimento de concentração de capitais, mas que o reproduzisse ao longo das gerações sucessoras»[5]. Nesse sentido, existiam múltiplas práticas de partilha de bens para os sucessores na América Portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, de modo que uma dessas possibilidades era direcionar alguns filhos para distintas zonas de expansão, visto que cada família «no transcorrer de seu ciclo de vida, atua permanentemente no sentido de preservar e reproduzir seu *status* social. Cada ato ou decisão tomados são, conscientemente ou não, um passo no contínuo movimento de luta pela sobrevivência e pela perpetuação de sua descendência»[6].

É possível salientar, *grosso modo*, que a historiografia clássica identificou três trajetórias diferentes para a partilha. Em primeiro lugar, Alida Metcalf e Sheila Faria perceberam, respectivamente, em Santana de Parnaíba e em Campos dos Goytacazes, a preferência pela transmissão de propriedades, em especial engenhos, para as mãos do genro do falecido (seguindo a tradição matrilinear). Nas palavras de Faria, ainda que se considere «a época em que o açúcar enriqueceu muitos donos de engenho, no final do século XVIII, dificilmente os filhos dos

4 FARIA, 1998: 194.
5 BACELLAR, 1997: 187.
6 BACELLAR, 1997: 127.

titulares conseguiram refazer a fortuna paterna. O mais comum foi o genro tornar-se herdeiro, principalmente no século XVIII»[7]. Em segundo lugar, Bacellar identifica uma estratégia oposta à anterior no que diz respeito aos descendentes de senhores de engenho do Oeste Paulista, pois constatou «uma total preferência pelos filhos homens, não importando se eram ou não o primogênito»[8]. Por fim, Dora Costa argumenta que, em Campinas, os processos sucessórios e a prática de partilha, sobretudo em meados do XIX, foram preferencialmente concedidos para os filhos homens, não sendo raro, porém, encontrar casos de filhas beneficiadas na partilha; em outras palavras, a autora se deparou com uma realidade bastante heterogênea[9].

A dinâmica da produção açucareira estabelecia outras problemáticas para o processo de partilha; nesse sentido, Bacellar sugere que «permanecer no engenho paterno não necessariamente era um privilégio». Ainda nas palavras do historiador:

> *Os filhos mais velhos, já instalados de modo autônomo, podiam simplesmente não ter interesse pela unidade paterna, preferindo vender seus quinhões de terra a um irmão. Portanto, não estariam sendo desprivilegiados, mas, sim, estariam abrindo mão daquela propriedade. Por outro lado, o irmão concentrador, como apontamos, podia ficar na posse de um engenho limitado, com terras desgastadas, falta de terras virgens e férteis para desbravar e mesmo falta comprometedora de lenha.*

Isso posto, percebe-se uma gama de estratégias para evitar a pulverização de grandes *plantations*, de latifúndios e, particularmente, de complexos canavieiros. Essas dinâmicas alcançaram êxito ao privilegiar a manutenção da propriedade nas mãos de apenas um descendente, evitando sua pulverização; como consequência, porém, se intensificava o êxodo para locais menos explorados, como era o caso de Campinas no entardecer do século XVIII.

2. MIGRAÇÃO PARA CAMPINAS E A MONTAGEM DO COMPLEXO AÇUCAREIRO

A formação territorial de Campinas está intimamente ligada às «descobertas de novas jazidas auríferas em Goiás e Mato Grosso, nas rotas terrestres e fluviais que atravessavam São Paulo»[10]. A geografia da região, com terreno bastante plano,

7 FARIA, 1998: 193.
8 BACELLAR, 1997: 16.
9 COSTA, 1997.
10 LUNA, KLEIN, 2006: 44.

definira Campinas enquanto um importante pouso para os viajantes[11]. A Figura 1 evidencia um trecho do Caminho dos Goiases e Campinas enquanto um local estratégico para as distantes viagens, sobretudo as comerciais. Durante a expansão dessa estrada para a exploração das regiões auríferas, no início do século XVIII, «pipocaram pousos, sesmarias, bairros rurais»[12]. Auguste de Saint-Hilaire, viajante europeu, escreveu que a estrada, conhecida como «Caminho dos Goiases», se estendia «quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais»[13].

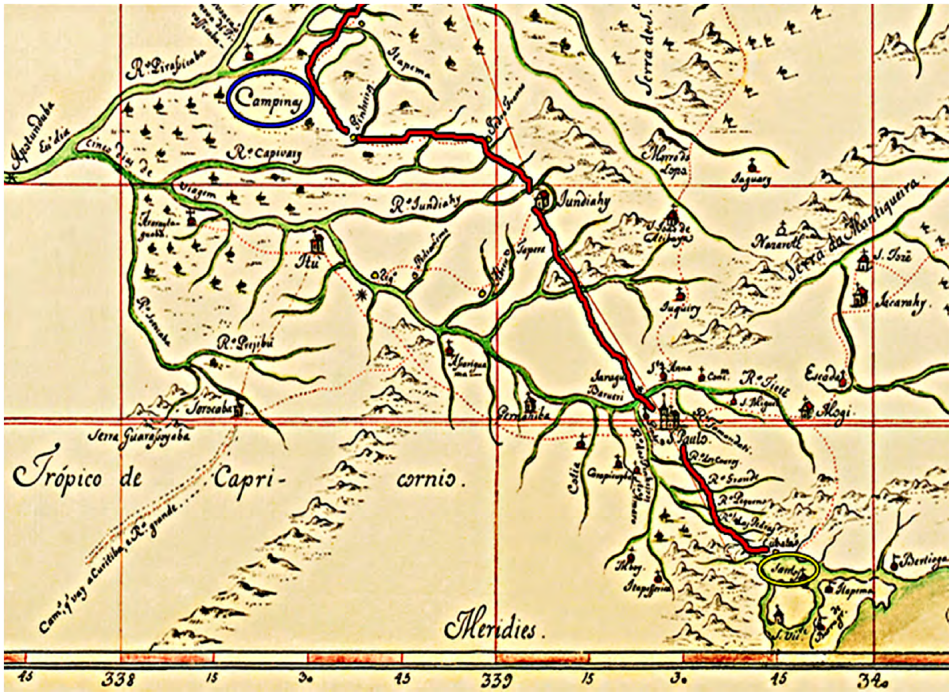


Fig. 1. Mapa da capitania de São Paulo, século XVIII
Nota: Os círculos amarelo e azul, respectivamente, em volta de Santos e Campinas, bem como o traçado vermelho ao longo do caminho entre as vilas, foram realizados pelo autor do presente artigo.
Fonte: BN. Manuscritos n.º 049.05.008

Sua terra roxa, idealmente ótima para a plantação de grãos, mas também excelente para a cana-de-açúcar, não fora explorada nesse momento para extensas plantações agrícolas. Pelo contrário, tudo indica que Campinas foi, por muito tempo, espaço de pequenos sítios e plantações de mantimentos para o estabelecimento de pequenas transações, e local de passagem para os negócios estabelecidos com as zonas auríferas. Essa situação se transformou, porém, durante a

11 ROSSETO, 2006.
12 SILVA, 2006.
13 SAINT-HILAIRE, 1976.

década de 90 do século XVIII. A colônia francesa de Saint-Domingue, localizada na América Central e que produziu 27,58% do açúcar comercializado em todo o mundo em 1791, passou por um processo revolucionário liderado pelos escravizados. Esse processo abriu espaço no mercado mundial do açúcar, o que resultou em uma diminuição da oferta do produto e, por conseguinte, em um aumento do preço do gênero, que quase triplicou[14]. Foi nesse quadro histórico que a ocupação de terras no Oeste Paulista se intensificou e que grandes canaviais foram plantados em Campinas. Isso posto, Maria Thereza Petrone conclui que o progresso econômico de Campinas foi colossal apenas após o florescimento desse complexo açucareiro, já no entardecer do século XVIII, ainda que esse progresso açucareiro não pudesse ser comparado «ao da tradicional da terra açucareira de Itu»[15]. São estes os indivíduos, responsáveis pela criação de engenhos, que transformaram o quadro econômico e social de Campinas por meio da conversão de capitais para a economia açucareira. É na migração desses indivíduos para Campinas que reside o foco do presente texto.

Como afirma Petrone, «a lavoura canavieira se expandiu muito, dando importância econômica ao lugar»[16]. A autora acerta sobre o papel crucial do açúcar na transformação da história de São Paulo e, em especial, de Campinas, visto que havia três propriedades canavieiras em 1793 e, menos de 20 anos depois, em 1810, passaram a ser 66[17]. Assim, durante a montagem e a expansão da lavoura canavieira no decorrer do século XIX, Campinas pouco lembrava aquele pouso parcamente povoado, visto que sua população total de 233 pessoas, em 1769, havia crescido para 1139 no ano de 1790, passando a 5105 em 1810[18].

Para acompanhar a migração dos indivíduos para Campinas, marcada pelo intuito de montarem engenhos, é importante separá-los em dois grupos: os senhores de engenho e os partidistas de cana. Enquanto o primeiro grupo é prestigiado pela historiografia, o segundo tem sido menos estudado. A principal e imprescindível diferença entre eles está na disposição ou não de utensílios e equipamentos para transformar de fato a cana em açúcar. O partidista de cana era o indivíduo que plantava e colhia cana, porém, desprovido dos utensílios para produzi-la, realizava esse processo em engenho parceiro, cedendo ali parte de seu lucro[19].

É necessário fazer uma observação metodológica[20]. O local de nascimento presente nas listas nominativas não era padronizado a partir de vilas ou capita-

14 EISENBERG, 1989: 325-328; MOYA PONS, 2007: 152; NICOLETTE, 2020: 20-22.
15 PETRONE, 1968: 46.
16 PETRONE, 1968: 45.
17 APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, 1810; MONT-SERRATH, 2007: 266.
18 EISENBERG, 1989: 352.
19 BARICKMAN, 2003; SCHWARTZ, 1988.
20 Adotou-se o termo «produtor de açúcar», «produtor de cana» ou «lavrador de cana» para se referir a todos que produziram açúcar naquele ano.

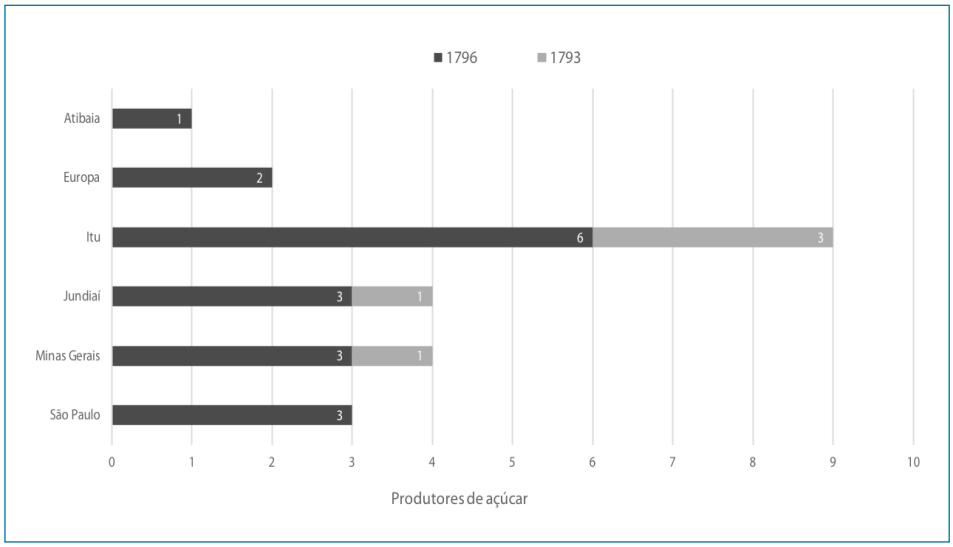
nias, o que revela que o caráter declaratório do documento deixou o preenchimento de tal informação à escolha do depoente. Portanto, é comum encontrar o indivíduo declarando ter nascido em São José del-Rei em um determinado ano e, em outro, essa localização ser Minas Gerais. O critério utilizado na presente investigação foi transcrever o termo tal qual aparece nas listas, porém, para a análise que se segue, esses dados foram agrupados em termos mais amplos: no caso aludido, ficou como Minas Gerais. Um segundo impasse derivado do caráter declaratório é que, por vezes, os sujeitos declaravam a freguesia ou o distrito em que nasceram em vez da vila. Isto é, um indivíduo pode aparecer como natural de Cotia, no século XVIII, porém essa era uma freguesia da cidade de São Paulo. Para fins analíticos, o padrão adotado foi agrupar em vilas ou cidades os nascimentos declarados em freguesias ou distritos que se desmembraram após 1790.

Paulo Teixeira afirma que, entre os anos de 1774 e 1799, a origem dos noivos que se casaram em Campinas se concentrou em Atibaia, Itu, Jundiaí, Mogi Mirim e São Paulo, especialmente a primeira, que chegou a representar 25,7% da naturalidade dos homens casados no período. Jundiaí era a vila na qual se assentava a então freguesia de Campinas, ao passo que Itu concentrava a elite agrária do Oeste Paulista e abrigava Porto Feliz, de onde partiam as monções[21]; São Paulo, por sua vez, era a cidade mais populosa da capitania e Mogi Mirim e Atibaia eram pousos obrigatórios para os caminhos que levavam às zonas auríferas de, respectivamente, Minas Gerais e Goiás. Em comum, todos esses locais estão a uma pequena distância de Campinas.

A origem dos primeiros lavradores de cana campineiros também não fugiu a essas opções migratórias aludidas por Teixeira. No ano de 1793, quando foi encontrado o primeiro levantamento de produtores de açúcar em Campinas, três eram advindos de Itu, um de Jundiaí e um de Minas Gerais, conforme ilustrado no Gráfico 1. É importante ressaltar que Pedro José Batista é o único partidista de cana que aparece em 1793, assim como o único nascido em Jundiaí nesse primeiro levantamento. Já em 1796, além dele, aparece outro partidista de cana, nascido em Portugal.

21 TEIXEIRA, 2011: 147.

Gráfico 1. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1793 e 1796)



Fonte: APESP. *Maços de população, vila de Jundiaí*, 1793 e 1796; MONT-SERRATH, 2007: 266

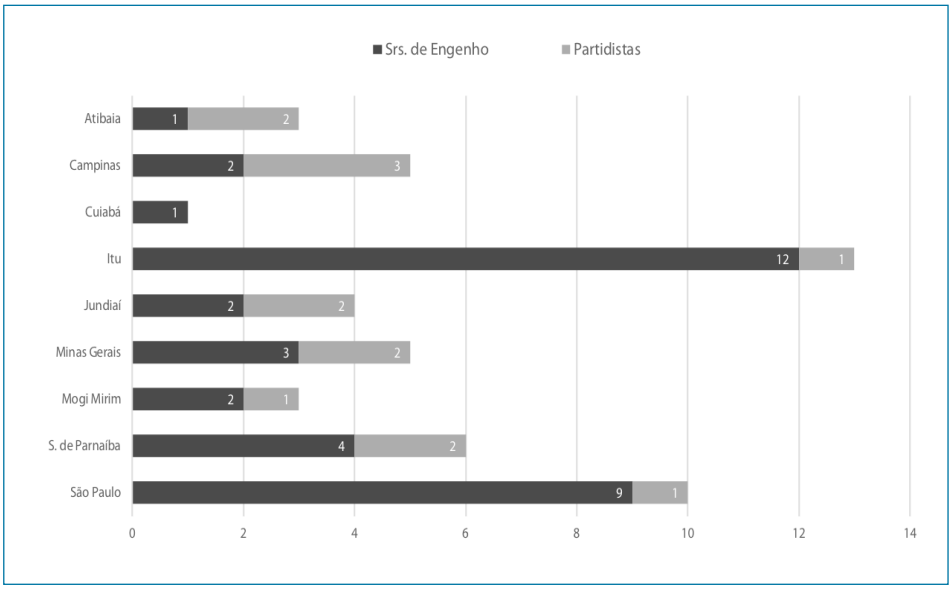
Além da rápida expansão para 16 engenhos e dois partidos de cana em 1796, fato que impressiona é a concentração de abertura de engenhos por ituanos, os quais apresentam mais de 1/3 dos senhores de engenho. Percebe-se nos Gráficos 1 e 2 que a maior parte daqueles que erigiram engenhos nasceu próximo de Campinas. Contudo, diferentemente do que foi encontrado por Teixeira para população livre em geral, o local de nascimento da maioria dos sujeitos que estabeleceram engenhos em Campinas não foi Atibaia, mas sim a vila de Itu[22]. Isso se deve não apenas à proximidade entre as vilas, mas fundamentalmente ao fato de a vila de Itu possuir uma economia mais pujante e consequentemente uma elite agrária já estabelecida. Os ituanos também possuíam o saber agronômico ligado à laboriosa produção do açúcar e à administração da mão de obra cativa, conhecimentos estes indispensáveis no mundo rural colonial. Esse conhecimento advinha de Itu ser a maior vila escravista do Oeste Paulista na segunda metade do XVIII, assim como espaço onde já experienciavam os primeiros engenhos da região.

Como foi apresentado, ao longo da primeira década do século XIX, a expansão canavieira não cessou em Campinas e nem a migração diminuiu. Percebe-se que, no início do século XIX, houve uma diversificação dos produtores de açúcar quanto a suas origens, tornando notória a quantidade de indivíduos provenientes da cidade de São Paulo (Gráfico 2).

22 TEIXEIRA, 2011.

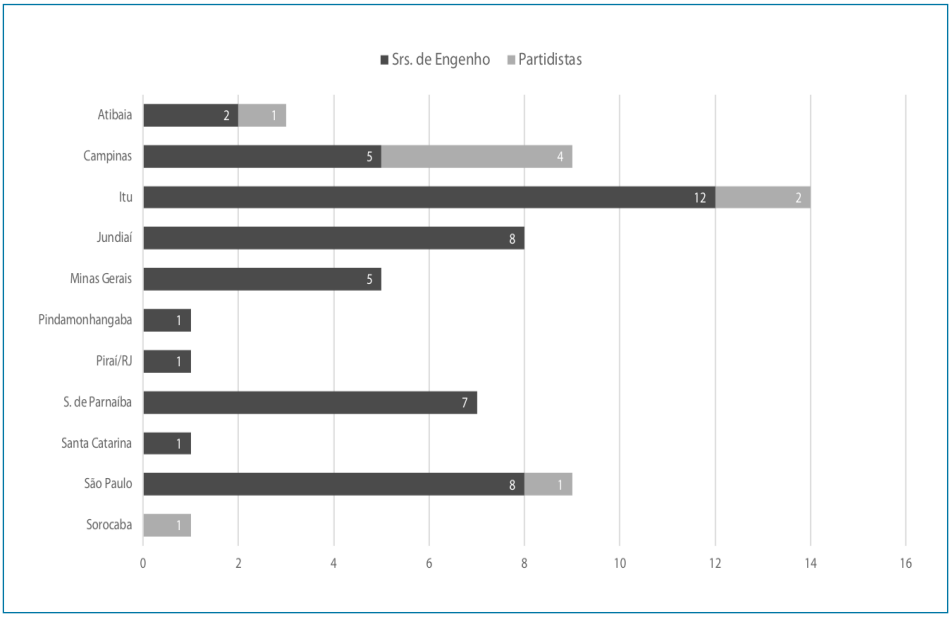
DOI: https://doi.org/10.21747/2182-1097/13a2

Gráfico 2. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1805)



Fonte: APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, 1805

Gráfico 3. Naturalidade dos produtores de açúcar de Campinas (1810)



Fonte: APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, 1810

É importante ressaltar que nem todos os chefes de fogos levantados nesses anos eram homens. Foram encontradas três mulheres como senhoras de engenho, ainda que nenhuma como chefe de partido de cana. Todas elas eram recém-viúvas de senhores de engenho falecidos, bem como não permaneciam como chefes de fogo, haja vista a possibilidade de terem se casado novamente ou mesmo concedido a propriedade para algum filho ou administrador; por isso, optou-se por não se realizar a distinção de gênero na análise que se segue[23].

Isso posto, examinando os locais de nascimento dos produtores de açúcar, é patente que o movimento de montagem da lavoura canavieira em Campinas esteve intimamente ligado a processos sucessórios e de heranças ocorridos na colônia. As investigações de Carlos Bacellar, Dora Costa e Sheila Faria evidenciaram que a igualdade de direitos entre os herdeiros nas partilhas, prevista pela legislação portuguesa e, posteriormente, brasileira, não era rigorosamente seguida na América Portuguesa, pois esse método de partilhar os bens poderia desmontar e fragmentar unidades produtivas inteiras.

Tanto a vila de Itu quanto a região de Minas Gerais dispunham de economias pujantes e de uma elite bem estabelecida no final do século XVIII, ou seja, a migração de sujeitos dessas áreas para Campinas nesse período pode exprimir o que a historiadora Alida Metcalf chamou de «padrões de reprodução da elite agrária paulista». Ela argumenta que existiam comportamentos semelhantes nos sujeitos da elite paulista quando o assunto era a exploração de novas terras — sendo esse o principal método de sobrevivência e reprodução dessa elite.

Em muitos casos, os filhos requeriam o dote, geralmente em escravos e algum cabedal, como forma de adiantamento de suas heranças para fundarem novas propriedades açucareiras. Consequentemente, seja pela predileção de outros sucessores ou pela falta de interesse naquelas terras, os sujeitos procuravam migrar à procura de melhor fortuna. Parece ter sido esse o caso dos ituanos que migraram para Campinas, uma vila vizinha com terras não ocupadas pelas *plantations*, abundância de lenha e terra boa para a cana-de-açúcar. Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, capitão-mor de Itu, mostrou, ainda no início do século XIX, o movimento de êxodo da população ituana. Em ofício ao governador de São Paulo, em 1809, ele argumentou que não existiam mais tantos homens na vila para arregimentar ao exército. Isso ocorrera, segundo ele, devido à ereção de Porto Feliz e também à migração de famílias em busca de novas terras:

23 Para uma análise sobre as senhoras de engenho, ver SAMARA, 1999.

> *Tem se diminuído muito a população deste distrito por dois princípios: o primeiro, pela separação da nova vila de Porto feliz, e Freguesia de Piracicaba, que exauriu grande parte do povo; o segundo, por que muitos casais moços têm se mudado deste distrito* […] *a procurarem e fundarem naqueles vastos sertões os seus estabelecimentos que neste termo não podem edificar, por estar já tudo tomado e possuído*[24].

A migração de indivíduos que se tornaram partidistas de cana sendo de mesma naturalidade de outros senhores de engenhos pode se dar pelo mesmo fenômeno que Faria apontou ao estudar as migrações para a capitania da Paraíba do Sul no século XVIII. Ela afirma que «a decisão de abandonar o lugar de origem e de escolher determinada região, no século XVIII, se dava, pelo que se pode perceber, por já estarem ali pessoas conhecidas»[25]. O argumento de Faria também possibilita levantar a hipótese de por que os partidistas de cana de Campinas eram, em sua imensa maioria, da mesma origem dos senhores de engenho, conforme apontado nos Gráficos 2 e 3. Conjectura-se a possibilidade de ter sido a relação entre os partidistas e os senhores de engenho de mesma localidade que possibilitou, em boa parte, a própria existência dos partidistas. Conhecer previamente as pessoas que se deslocaram ou, ainda, realizar a migração com parte de sua família que constituiu fora fenômeno importante nessa migração para novos espaços. Foi o processo destacado por Metcalf em relação aos irmãos Camargo Andrade, que, segundo ela, migraram de Santana de Parnaíba para Campinas na década de 90 do século XVIII em busca de terras[26]. Isso de fato ocorreu, mas nesse caso a autora se equivoca ao sugerir que a opção da migração foi, para os irmãos, uma opção inferior se comparada a continuar em Santana de Parnaíba e que teriam se deslocado após um insucesso no processo de partilha de bens, tendo em conta que ambos enriqueceram e compuseram uma geração de grandes senhores de engenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir acerca do processo migratório dos produtores de cana que construíram o complexo açucareiro campineiro. Percebeu-se que a vila de Itu não só aglutinava a elite paulista ligada à terra, como também contava com uma ocupação já centenária do espaço, o que deve ter levado à escassez de solos férteis no fim do século XVIII, além de que a vila já não era mais essencialmente «um polo de atração migratória, mas sim de repulsão»[27]. Seja por malograr no processo de

24 APESP. *Listas de homens com idade acima de 14 anos que fazem parte do distrito de Itu*, 1809. Agradeço a Carlos Bacellar pela sugestão de documentação.
25 FARIA, 1998: 170.
26 METCALF, 2005.
27 BACELLAR, 1997: 107.

partilha, seja pela busca por novas terras, a lavoura canavieira campineira foi primeiramente impulsionada pelos proprietários que haviam recentemente chegado à vila, principalmente advindos da vila de Itu, a mais economicamente pujante da região.

Como demonstrado, a expansão açucareira de Campinas foi, de fato, realizada por «estrangeiros», isto é, sujeitos de outras vilas e até de capitanias das colônias, tendo em conta o perfil demográfico apresentado pelos chefes dos engenhos e partidos de cana. Em seu processo de povoamento e expansão econômica, as vilas vizinhas, em especial Itu, Santana de Parnaíba e a cidade de São Paulo, foram fundamentais. Esse movimento de transformação econômica foi produzido efetivamente por agentes históricos que estiveram em Campinas investindo recursos, contraindo empréstimos e estabelecendo laços sociais para cumprir seus objetivos. Esses personagens foram os atores do entroncamento entre os fenômenos globais e locais que realizaram a montagem da lavoura canavieira.

Por fim, foi perceptível durante a análise proposta neste artigo que o negócio do açúcar se tornou tão interessante para aqueles que vislumbravam riqueza e poder social na virada para o século XIX que acabou por motivar a intensa migração de indivíduos com capitais e/ou acesso a empréstimos para Campinas. A partir das listas nominativas e do uso da demografia histórica, percebeu-se que a naturalidade dos sujeitos que realizaram a expansão para o Oeste era, sim, paulista; contudo, não campineira. Foram imigrantes que converteram seu cabedal em terras e cativos, procuraram empréstimos e sociedades a fim de viabilizar a edificação de engenhos, aproveitando a oportunidade gerada após a Revolução de Saint-Domingue.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Público do Estado de São Paulo

APESP. *Listas de homens com idade acima de 14 anos que fazem parte do distrito de Itu*. 4 de janeiro de 1809. Ofícios Diversos, Caixa 55-A. [Consult. 8 ago. 2020]. Disponível em <http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=2137>.

APESP. *Maços de população, vila de Jundiaí*, anos de 1793 e 1796. Caixa 25 (1797-1805).

APESP. *Maços de População, vila de Campinas*, anos de 1805 e 1810. Repositório Digital. [Consult. 8 ago 2020]. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao>.

Biblioteca Nacional do Brasil

MAPPA da capitania de S. Paulo, e seu sertaõ, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina. Século XVIII. Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. BN. Manuscritos n.º 049.05.008.

BIBLIOGRAFIA

BACELLAR, Carlos de A. P. (1997). *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória, Unicamp.

BACELLAR, Carlos de A. P. (2013). *Para conhecer os súditos d'EI Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil*. «Revista Estudos Amazônicos». IX:1, 32-57.

BACELLAR, Carlos de A. P. (2015). *As listas nominativas da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765-1836)*. «Anais de História de Além-Mar». XVI, 313-338.

BARICKMAN, Bert J. (2003). *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COSTA, Dora I. da (1997). *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850*. Niterói: ICHF, UFF. Tese de doutoramento.

EISENBERG, Peter (1989). *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp.

FARIA, Sheila de Castro (1998). *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. (2006). *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP.

METCALF, Alida C. (1990). *A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850*. «Estudos Econômicos». 20:2, 283-304.

METCALF, Alida C. (2005). *Family and colonial Brazil: Santana do Parnaíba, 1580-1822*. Oxford: University of Texas Press.

MONT-SERRATH, Pablo Oller (2007). *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. São Paulo: FFLCH, USP. Dissertação de mestrado.

MOYA PONS, Frank (2007). *History of Caribbean: plantations, trade, and war in the Atlantic world*. Princeton: Markus Wiener Publishers.

NICOLETTE, Carlos Eduardo (2020). *Montagem da Lavoura Canavieira Paulista: Debate sobre o preço do açúcar à luz da tese de Fragoso e Florentino*. In GUIMARÃES, Athos M. da S.; SANTOS, Layane de S., *org. III Simpósio Online de História dos Ananins: ensino, pesquisa, extensão*. Ananindeua: Cordovil E-books, pp. 20-29.

PETRONE, Maria Thereza S. (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765--1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

ROSSETO, Pedro Francisco (2006). *Reconstituição do traçado da 'estrada dos Goiases' no trecho da atual mancha urbana de Campinas*. «Anais do Museu Paulista». 14:2, 141-191.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1976). *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

SAMARA, Eni de M. (1999). *Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanistas-Estudos CEDHAL.

SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Áurea Pereira da (2006). *Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX)*. «Anais do Museu Paulista». 14:1, 81-119.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo (2011). *A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora UNESP.